

“NEM TUDO QUE LUZ É OURO”: REPRESENTAÇÕES DOCENTES EM RELATÓRIOS DE UMA VIAGEM À EUROPA (1890-1892)

Angélica Borges/UERJ¹

No final do século XIX, o recém proclamado governo republicano formou uma comissão de professores de diferentes níveis e instituições de ensino da capital para realizar viagem à Europa, a fim de observar o progresso da instrução e estudar métodos e materiais de ensino adotados em estabelecimentos de educação. A idéia segundo, Schueler (2006), estava articulada na preocupação do governo estabelecer princípios gerais que informariam a reforma da instrução primária e secundária no Distrito Federal. Entre os professores que foram nomeados para compor a comissão se encontravam os professores primários Luiz Augusto dos Reis, Manoel José Pereira Frazão, Amélia Fernandes da Costa e Adelina Doyle e Silva, “sendo que apenas os três primeiros seguiriam viagem para o Velho Mundo”.

A reflexão desenvolvida neste trabalho pretende analisar as representações em torno da profissão docente difusas na escrita produzida em virtude da viagem realizada pelos professores José Manoel Pereira Frazão, que visitou a Itália, Suíça, Suécia, Bélgica, Inglaterra e França, e Luiz Augusto dos Reis, que visitou Portugal, Espanha e França. Tal escrita constitui-se em relatórios que descrevem, entre outros aspectos, a organização do ensino, os prédios escolares, materiais, modelos disciplinares, estatísticas, os professores, a inspeção, os programas de ensino, o ensino profissional, religioso, público e particular dos lugares visitados. Neste sentido, a partir destes relatórios de viagem, interpretados à luz das contribuições da História Cultural, procurei perceber a forma como Frazão e Reis buscaram caracterizar tanto os professores dos países mencionados, quanto retratar os professores brasileiros. A abordagem privilegia a discussão de questões como: as apropriações e as representações construídas pelos professores a respeito profissão e das práticas docentes observadas nos países estrangeiros; a difusão e a circulação de idéias, de práticas e modelos pedagógicos internacionais e, ainda, os efeitos comparativos que produziram em relação às suas próprias experiências como professores primários na cidade do Rio de Janeiro oitocentista. Por meio de tais reflexões, torna-se possível compreender

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ. Este estudo foi produzido no âmbito dos projetos de pesquisas intitulados “Experiências profissionais e produção intelectual de professores primários na Corte Imperial (1860-1889)” coordenado pela professora Alessandra Schueler, e “Escolarização e governo das multidões: análise do processo de disseminação de escolas, materiais e práticas educativas na Corte imperial (1854-1863)” , coordenado pelo professor José Gondra, ambos desenvolvidos no Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (NEPHE) da UERJ.

como Frazão e Reis perceberam a profissão docente configurada nos países europeus, ditos civilizados, e que, não raras vezes, serviram de modelo para a instrução no Brasil, bem como dar relevo aos registros acerca de aproximações e distanciamentos entre os discursos que aqui chegaram e os discursos e as práticas observadas nas escolas européias.

Para realizar o estudo recorri à produção bibliográfica recente, bem como aos relatórios presentes na Biblioteca Nacional. Cabe ressaltar que, na análise, trabalhei a partir da compreensão de que os relatórios funcionam como um documento cujo exercício de escrita descreve um conjunto de determinadas informações, colocando sujeitos e práticas em um campo de visibilidade. O relator, ocupando a posição daquele que observa e examina uma realidade, seleciona o que vale e deve ser registrado, fixado, tornado visível. Para Foucault (1987), tal procedimento permite levantar um campo de conhecimento e instaurar discursos. Neste caso, os professores nomeados pelo governo republicano carregam o signo da legitimidade, não somente por integrar um seletivo grupo, mas também pela experiência no campo educacional, fazendo, assim, aparecer em seus discursos uma postura que pretende carregar a marca da neutralidade e objetividade. No entanto, cabe assinalar que no exame da realidade, entram em jogo concepções educacionais, convicções políticas e outros interesses.

Aspectos da viagem pedagógica

O Rio de Janeiro não tem licença de possuir um jardim, uma estatua, uma casa limpa e isenta de figuras indecentes, de palavras e desenhos torpes. Neste ponto somos o povo mais selvagem, mais destruidor, mais sem educação possível. Agora compreendo a razão por que se encontram bonitas praças na Europa e em Bruxellas vê-se magníficos jardins contendo estatuas, nas quaes ninguém ousa tocar, (...) verdade é também que lá, além da educação e das punições escolares, dos bons hábitos já inveterados, há policia, cousa esta que nós somente temos para figurar nas paradas e passeios militares. (REIS, 1892, p.403-404)

Desde o período imperial, momento em que Frazão e Reis começaram suas atuações enquanto professores, circulava intensamente a idéia da educação do povo como requisito para a civilização e o progresso do país. Com o advento da República, tal discurso continuava presente em setores da sociedade e também aparecem nos relatórios estudados. Reis afirma que enquanto houver descaso “para a mais ampla diffusão do ensino primário pelas camadas populares, não existirá de facto a república em nossa pátria. Não se pode comprehender uma república democrática n’um paiz de analphabetos, como o nosso.” (1892, p.157).

Diante de um panorama educacional circunscrito por um discurso civilizatório via ordem escolar, o sentido de uma viagem pedagógica² a ser realizada no início da república, segundo Schueler (2006), caracterizava um compromisso com uma modernização e atualização das estruturas políticas do império, e uma busca pela apropriação de modelos e diretrizes científicas e técnicas da Europa e dos Estados Unidos, considerados países civilizados. Neste sentido, a autora afirma que

A busca por novos símbolos políticos e pela invenção de novas tradições esteve presente também nas reformas educacionais nos primeiros anos de existência da jovem República. No âmbito das políticas educacionais, a ânsia em “acertar os ponteiros com o relógio global” (SEVCENKO, 2002, p. 27) aparecia com clareza nos primeiros textos legais, aliás, em franca continuidade com uma “cultura da reforma”, já evidente nas províncias e na Corte do Império, a partir da segunda metade do século XIX (GONDRA, 2003, p.54). (*Ibidem*, p.3)

Imbuídos dessa missão, Frazão e Reis, professores que vivenciaram período do império brasileiro e atuaram na Corte³, viajaram, observaram, examinaram realidades educacionais distintas e produziram relatórios, em busca de modelos a serem adotados na república brasileira. O relatório do professor Frazão, cuja viagem se deu entre 29/11/1890 e 09/07/1892, está organizado em 15 capítulos destinados a uma narração da viagem, relato de cada país visitado e tratar de diferentes questões como escolas normais, trabalho manual e juízo comparativo. Já o relatório de Reis, que viajou entre 30/12/1890 e 22/06/1892, estrutura-se em três partes, sendo a primeira de Portugal e Espanha, seguida de França e Bélgica.

“A virtude por excellencia do mestre”: idealizações em torno do modelo de professor

O mesmo Gavard, fallando dos deveres dos professores primários, assim se exprime: « O dever do professor é instruir e moralisar. É mais do que um dever, é uma missão, um ministerio, considerado nos Estados Unidos tão importante como a do pastor... O professor não é somente um funcionario, é um apóstolo, um pai, o chefe de numerosa familia. Mas, de quantas qualidades preciosas não deve elle ser doptado para cumprir essa tão penosa e tão generosa tarefa? »

É justamente aqui que bate o ponto, quando por toda a parte se cuida como primeiro passo nas reformas, de educar o professor, (...) nós assistimos indifferentes á anarchia da escola normal (...) Oxalá que com a passagem da instrucção primária para a municipalidade mudemos de orientação⁴. (p.287)

² As viagens pedagógicas não se deram somente na república, acontecendo também durante o império. Cf. Schueler (2006).

³ Reflexões em torno de aspectos do exercício da profissão docente na Corte, cf. Borges (2005).

⁴ Luis Reis discorda de Frazão quanto a municipalização e diz que “O que seria para nós, brasileiros, uma verdadeira infelicidade, um verdadeiro desastre – a entrega do ensino primário às municipalidades, - attentas as condições de vida dessas corporações, que todos nós conhecemos, tem sido para os professores de Lisboa um meio de melhoramento á sua posição pecuniária e à sua importância social. (...) É, porém, isto uma convicção que nutro e que, julgo, é partilhada por todo o professorado, que não deseja sujeitar-se a tal experiência, embora seja esta uma das bases do systema democrático, do qual algumas formulas podem perfeitamente continuar a ser sacrificadas em benefício do paiz.” (p. 9-10)

Frazão (1893) para ilustrar seu pensamento a respeito da formação do professor, cita trecho do pedagogo suíço Alexandre Gavart acerca da importância da educação do indivíduo diante da atual sociedade, concebida como dotada de exclusivismo, ambições pessoais e partidárias que caracterizam sociedades mal educadas, em que a vida em família é desconhecida. Características que não deviam compor o perfil do professor virtuoso que se desejava. A idéia do modelo de virtudes que caracterizava a profissão se articulava na escrita dos relatórios com as idéias de patriotismo, religião, educação moral, sacerdócio. Tanto Frazão quanto Reis recorrem ao discurso do “cidadão dotado de virtudes” para argumentar e reforçar determinadas posições em torno da profissão docente voltada para o projeto civilizatório que demandava “sentimento patriótico”, “comportamento exemplar”, sacrifícios, “força moral”, a fim de “esclarecer e dirigir o povo com amor e dedicação” ou apresentar-se como “guias do povo”. Em uma passagem que trata das complicações surgidas em torno do fim das gratificações para as comissões na Europa, o próprio professor Frazão investe-se de tais ideais, afirmando sacrificar seus interesses e os de sua família em nome da missão que desempenhava, decidindo continuar a viagem pedagógica as suas próprias custas. Alega fazer tal sacrifício para manter a dignidade do país, pois tal decisão do governo brasileiro não causaria boas impressões.⁵

A idéia de sacerdócio também está presente quando Reis registra sua profunda admiração pelo padre Sebastião de Vasconcellos, “moço e paupérrimo”, que fundou em Portugal a *Officina de S. José*, escola de artes de ofícios para as crianças pobres e abandonadas. O fundador da “verdadeira escola de regeneração social” é assim descrito:

Bom e piedoso padre, como tu és grande e benemérito e como é grande e bella a tua obra! D’aqui, deste Brazil, que eu tanto amo, separado pelo oceano e por tantas léguas da formosa cidade a qual dedicaste todos os teus affectos, envio-te as minhas saudações mais sinceras, verdadeiro apostolo da religião do Nazareno! (...) É realmente commovedor o ver todos esses ex-viciosos e vagabundos, futuros criminosos, rodearem o padre-director quando chega da rua e beijarem-lhe respeitosos a mão bemfazeja que elle lhes estende. (...) Se há paiz no mundo que precise, que exija mesmos asylos como a *Officina de S. José*, é o nosso. Oxalá sejam elles creados para livrar as ruas de tantos infelizes que, recebendo por toda a parte as licções do vicio, se preparam para povoar também as nossas cadeias. (p.118-119)

A admiração por uma prática sacerdotal articulada a um caráter patriótico fica evidente também na observação feita por Frazão a respeito da Itália, país em que

⁵ Com relação a Reis, afirma que “Vós, Sr. Inspector, podeis comprehender o desgosto e o desanimo que de mim se apoderaram durante alguns dias ao ler um telegramma que ordenava o meu regresso” (p.150). Reis alega não ter condições para continuar as suas próprias custas, mas ainda assim diz ter realizado o sacrifício de fazer uma viagem rápida à Bélgica.

considerou que o professor primário estava mais bem colocado, “na altura de sua missão”, estimado pelo poderes públicos e venerado pelo povo:

O facto que mais me impressionou em toda Itália, foi a magnanimidade do corpo docente. Os professores se esquecem de si, de seus commodos, de seu descanso, para se dedicarem com todas as forças ao santo apostolado do Ensino, que é a causa sagrada da Pátria. De dia, de noite, ao domingo, as escolas estão sempre cheias. Quem não aprende á semana, aprende ao domingo. E os professores estão sempre promptos, por nada, ou quase nada! (p.58)

Representações docentes na configuração das escolas normais

Nestas circunstâncias, as escolas destinadas à formação dos professores e que deveriam atender ao um modelo ideal de professor tornava-se alvo de uma especial atenção por Frazão e Reis. Frazão afirma que “só sabe mandar quem soube obedecer; que ninguém pode ensinar o que não sabe, nem inculcar virtudes que não tem.” (p.300) e diz ser necessário nas Escolas Normais que os sexos sejam completamente separados e que os alunos sejam obrigados a estudar 3 horas em salas de estudo quando não há o modelo de internato. A primeira é para não haver distrações de estudo com idéias perturbadoras e porque os alunos do sexo masculino não se animam a concorrer com o outro sexo, a vista da benevolência dos professores “para com o sexo amável”. A segunda medida visa evitar que alunos aproveitem o tempo depois do repouso com lições particulares em detrimento dos interesses de sua educação pedagógica. Com exceção da Itália e Bruxelas, Frazão afirma que as escolas normais são internatos, pois ao ser tratar de uma profissão “para a qual se requer certa somma de qualidades ou de virtudes, devem os candidatos estar afastados do contacto immediato das distrações quotidianas, para terem tempo de adquirir hábitos indispensáveis a tal ministério.” (p.300). Acerca da discussão em torno do modelo de internato, o professor belga Sluys, a quem Frazão faz muitos elogios, e com o qual Reis também se encontrou, parece divergir da opinião de Frazão, denotando a existência de um debate em torno da questão:

Desgraçadamente, diz Mr. Sluys, conservou-se nas escolas normaes, excepto na de Bruxellas, o internato. O internato é em geral um mau systema e especialmente para formar professores; não é encerrando os jovens durante três annos em uma espécie de cárcere, ainda que este seja dourado, conservando-os fora da vida de família, privando-os de contacto da sociedade, que se pode formar caracteres. O internato é e systema que forma espíritos estreitos, que fecha os corações, desenvolve o egoísmo, impede a livre expansão dos sentimentos mais nobres, não habituando o individuo à responsabilidade dos seus actos. (REIS, 1892, p.346)

Para Frazão uma outra necessidade, com intuito de moralizar e garantir a formação de um modelo de virtude, é a escola normal exercer uma fiscalização rigorosa sobre os hábitos que constituem a educação do professor. Isto demonstra uma preocupação em

controlar os normalistas, para a qual é constituída uma aparelhagem de inspeção, contribuindo para isso a organização de uma série de aspectos como o modelo de internato, a definição de horários muito bem demarcados, regras para uso de determinados espaços e o próprio arranjo da arquitetura da escola. Concorrendo com a boa formação, Frazão destaca o papel dos adjuntos, costume observado em Londres, “muito salutar”, no qual os candidatos à escola normal são obrigados a fazer um aprendizado de dois anos para dar “provas de aptidão”, condição para matrícula. Frazão lembra que no Brasil existia “instituição semelhante” na disposição do regulamento de 1854, mas

Não há lei boa quando a execução é má. A instituição deu máos resultados pela sua má execução. Mas, em vez de ser corrigida, foi abolida. A correcção era simples. Em vez de exames na Inspectoria, era fazê-los matricular na Escola Normal, verificada que fosse pelos inspectores sua aptidão pratica e suas disposições moraes, e teríamos a mesma instituição, que tão bons resultados produz nas escolas de Londres.(p.302)

Observa-se, no trecho, uma crítica em torno do não cumprimento da legislação⁶, que também abarcou a criação da escola normal⁷ no Brasil, acerca da qual Frazão afirma que foi apelidada pelo seu diretor, “com justíssima razão”, de anormal, destacando também a supressão da classe de adjuntos naturais, “filhos das próprias escolas”, sendo substituídos “por pessoal estranho às escolas, pessoas muitas vezes faltas das mais preciosas qualidades indispensáveis ao educador” (p.303). Para dar um tom de legitimidade à questão, Frazão lembra de dois de seus alunos que foram adjuntos destacando suas características, o que Frazão fez parecendo prever o futuro profissional de tais meninos, no sentido de buscar no indivíduo os atributos que os permitiriam a se tornar professores exemplares:

(...) Foram, durante a vida escolar, meninos de um comportamento irreprehensível e de uma applicação extraordinária; como adjuntos, foram sempre zelosos e escrupulosos no cumprimento de seos deveres; finalmente, como professores, é notório que edificam a seos discípulos com os exemplos mais dignos, de cidadãos honestos, prestimosos e modestos. São as virtudes do educador.(p.303)

Frazão prega que o professor deve ter espírito de modéstia, “virtude por excellencia do mestre” e que o essencial no professor primário não é a profundidade dos conhecimentos, pois as escolas normais não podem se limitar a dar ensino a pessoas sem vocação que procuram o magistério como um emprego, pois produziriam “pessoal instruído, mas eivado

⁶ Reis divulga em nota de rodapé um comentário que remete a esta idéia do não cumprimento das leis: “(...) um telegramma de Lisboa anunciava-nos a extincção do Ministerio da Instrucção Publica e Bellas Artes em Portugal. O ensino primário que estava entregue às municipalidades quando estive nesse paiz, passou depois para o Ministério da Instrucção Publica. Agora com a extincção desse Ministério ou passará para o Ministério do Reino ou outra vez às municipalidades. Decididamente não há paiz na Europa que se pareça mais com o Brazil que Portugal. Como aqui, não há nada lá que dure muito tempo. Não está longe talvez o dia em que tornem a crear o Ministério da Instrucção Publica.” (p.99).

⁷ Reflexões em torno da formação de professores no século XIX e dos adjuntos, cf. Uekane (2005, 2004).

do vício mais nocivo, o pedantismo altiloquo, que é a negação de toda a educação pedagógica” (p. 165)

Observações em torno do exercício da profissão

Uma questão que aparece com certa frequência nos relatórios trata-se da liberdade do professor, indicando que o exercício da profissão é marcado por um certo cerceamento. Na Inglaterra, por exemplo, Frazão observou práticas que não lhe agradaram. Assinala que,

Um dos traços característicos do ensino publico na Inglaterra é uma liberdade excessiva deixada aos directores das escolas. Ali só os mestres não têm liberdade. Aos meninos de ambos os sexos, em todas as idades, concede-se a mais ampla. Como essa liberdade está na índole do povo inglez, é possível que não produza os males que seriam inevitáveis em outros paizes.

Quer me parecer, porem, que as consequências lá são as mesmas; o que differe é o modo de as encarar. (p.165)

No mesmo sentido ele fala da Basiléia, na Suíça, que tem uma superioridade no ensino, mas que é a custa da “felicidade e da satisfação do seo professorado, ou, digamo-lo assim, devida à sua esmagadora disciplina, faz perder a escola o seu carater educativo. A primeira condição do professor educador é uma certa esphera de liberdade, dentro da qual elle se possa mover sem constrangimento. A disciplina excessiva, tanto sobre os mestres, como sobre os discípulos, mata a escola. (p.103)”. No entanto, Frazão defende a importância da disciplina e da fiscalização como pode ser observado nos comentários sobre a Itália:

O que faz a excellencia do ensino na Itália, é a divisão racional e equitativa do trabalho, e a regularidade dos processos, de que resulta uma disciplina perfeita no corpo docente. O conjuncto destas três condições produz uma precisão admirável nos exercícios; dahi os resultados obtidos nas escolas.

Para isso concorre em grande parte a inspecção competente, respeitável e respeitosa, única que póde ser efficaz e respeitada.(p.57)

Tal aspecto demonstra que a preocupação com a fiscalização não é apenas relativa à formação do professor, mas também ao exercício da profissão. Para que o ideal civilizatório possa ser praticado efetivamente via ordem escolar, se faz necessário fiscalizar os professores, organizar políticas e dispositivos de inspeção e controle da profissão, ou seja, um governo dos professores que funciona como um poder que almeja instaurar práticas, legitimar discursos, enfim, disciplinarizar e homogeneizar a corporação docente com intuito de concentrar seus esforços para realização do projeto de civilização do povo (Borges, 2005). Tais procedimentos corroboram para conformação de uma docilidade⁸ na corporação docente, que aparece no próprio discurso de Frazão, utilizando também o mito do povo pacífico:

⁸ Cf. Foucault (1987).

Com effeito, não só a índole pacífica de nossa população constitue um terreno fácil de cultivar, e nenhuma opposição fará as reformas que a escola reclama, como o bom senso do professorado o tornará dócil á acção administrativa, dispensando o poder de empregar contra elle meios coercitivos, cujo resultado seria quebrar a harmonia que elle tem sempre mantido com a administração, e destruir dest'arte essa espécie de independência relativa, de que tem sempre gosado, e que constitue o mais bello apanágio do educador. (p.5)

Ou seja, o educador deve ter sua liberdade garantida, mas que deve também ser usada com o “bom senso” que o torna “dócil”, e que faz parte da “índole pacífica da nossa população”. Tais observações são bastante interessantes ao serem proferidas por um professor que em 1871, foi um dos signatários do “Manifesto dos Professores Públicos da Instrução Primária da Corte” endereçado ao Imperador e ao Ministro do Império por meio do qual são feitas denúncias, apontando a situação precária em que os professores trabalhavam, e acusando o governo de prejudicar o combate à ignorância.⁹

Considerações finais em torno da viagem: Qual modelo imitar?

Inútil seria uma analyse minuciosa de particularidades, que se não adaptam á nossa índole. Há nas escolas de Londres muita cousa boa, e muita cousa nova; mas nem tudo o que é bom, é novo; e o que é novo, nem sempre é bom. O que há de excellente, nós não podemos imitar, porque está na índole, no sangue; e nós temos outra índole, outro sangue. O character inglez é dos inglezes, e só delles. (FRAZÃO, p.166)

Frazão realiza um juízo comparativo baseado nos critérios de “adiantamento do ensino e orientação pedagógica”, sendo preciso para isso o “desenvolvimento harmônico” das forças morais, intelectuais e físicas, com certa prioridade para as forças morais. A preocupação com a educação moral é aspecto observado nos escritos produzidos por este professor durante o período imperial. Conforme a epígrafe, Frazão não aconselha imitar a Inglaterra, classifica-a, assim como a França e a Bélgica, entre países onde não há o equilíbrio das ditas forças com detrimento do aspecto moral. Formariam um primeiro grupo, a Suíça, Suécia e a Itália, nos quais existe um equilíbrio harmônico desejado. Cabe destacar, que ao proferir elogios à Itália, faz isso como forma de enaltecer o andamento de seu progresso na educação, pois ainda se encontra a caminho do ideal e “em breve se igualarão à Suíça”.

Acerca da França, Frazão assinala que é uma sociedade “eivada de preconceitos” que fazem parte constitutiva do caráter nacional “de sorte que se fosse expurgada delles, não seria já uma instituição franceza.”(p.202). Outro fator agravante é a luta pela “neutralidade” da escola, pois o ensino leigo ou neutro tem cunho da impiedade. Frazão expõe, então: “E chama-se a isso adiantamento, progresso, e até patriotismo! Deus de

⁹ Cf. Lemos (2004).

Misericórdia! Afastemos os olhos de um quadro tão desolador!” (p.439). Na França os professores não têm força moral e os fatos “provam que a educação pedagógica dos professores primários, naquela capital [Paris] está muito longe de ser pautada pelo bom senso, e que a escola, que é dirigida com tal orientação, não está longe de concorrer para o aumento da anarquia, causando ao mundo grandes apprehensões.” (p.241). Ao defender uma escola neutra acessível a todas as crenças, o professor cita o exemplo da Suíça:

Com effeito, os únicos paizes, em que vi costumes honestos, commercio com probidade, amor e dedicação ao dever, hábitos de asseio, escrupuloso cumprimento da palavra, e outras virtudes, que constituem a felicidade social, foram aquellos em que é acatado e cultivado o sentimento religioso.

A mais completa anarquia moral observei nos paizes em que a sociedade está mais trabalhada pelas ideas philosophicas, onde o atheismo tem cavado a ruína da moralidade publica. Ora, sendo o nosso intuito imitar os bons exemplos; sendo o fim da escola educar, e não perverter a nação, parece que a orientação que nos convem, é a da Suissa, onde o ensino é neutro, mas não ímpio. Taes são os votos que faço como educador e como cidadão. (p.297)

Entretanto, também defende a moderação na cultura dos sentimentos religiosos e usa o exemplo do Colégio Santa Rosa, localizado em Niterói, de responsabilidade da ordem dos Salesianos. Segundo Frazão, tal instituição carece diminuir os exercícios religiosos substituindo parte deles por exercícios físicos, de ginástica e esgrima. “Mais de uma vez tenho dito que a educação dada pelos Salesianos é a melhor que temos, não porque seja perfeita; mas porque a dos outros é peor.” (p.309)

Ao abordar o ensino na Bélgica, relata que os professores vivem em “triste condição”. Para a ocupação de determinadas cadeiras existe a nomeação, sendo isso questão “quase sempre de proteção”, uma “arma” por meio da qual se comete abusos. Acerca das estatísticas belgas, em torno da elevação do número de alfabetizados, afirma que os

(...) algarismos revelam um grande progresso feito nestes últimos annos. Mas nem por isso nos devemos entristecer pensando que tudo ali é excellente e só entre nós é que há atraso. *Cá e lá más fadas ha.* (...) Ate bem pouco tempo, havia ali muito atraso. A seguinte curiosa estatística prova o meu asserto (...) em 1882, ‘35% dos moços que prestaram exame por occasião do sorteio militar, não souberam responder a questão: Um negociante comprou 25 saccos de batatas a 9,75 fr. o sacco. Quanto deve pagar?’ (...) Finalmente, que 43% não souberam quantos grammas há em 2 kilogrammas! Nem tudo que luz é ouro! (p.194).

Com relação à análise do professor Reis a respeito da educação nos países visitados, aponta que Portugal está “longe de hobrear” com os países adiantados, mas não é o país “atrasadíssimo que em geral se julga”. Acerca da França, elogia a ampla difusão do ensino primário e dos princípios democráticos, mas critica a falta de asseio e o aspecto sombrio das escolas. Alega que a Bélgica tem, na parte da legislação, muitos pontos de semelhança com a França, mas os prédios escolares possuem conforto e

elegância, e no que cabe ao aspecto pedagógico “são um verdadeiro primor”, apesar da nefasta luta política entre os partidos liberais e clericais. Nesse sentido, faz uma afirmação que parece resumir suas observações:

(...) se a Itália é a terra da arte, como a França, que é, nesse ponto sua poderosa rival; se a Inglaterra é o país das poderosas esquadras e do ouro, que nunca é bastante para ser capaz de saciar-lhe as ambições desmedidas; a Bélgica é ... a terra da instrução popular, o país da manufactura e das escolas bem organizadas, um dos países europeus em que mais e melhor se cultiva a sciencia pedagógica. (p.336)

Enfim, os professores cumpriram sua “missão” em graus e condições diferenciadas. Várias questões foram tratadas em seus relatórios, representando documentos férteis para a área de história da educação e a partir do qual é possível empreender diversas análises. Foi possível notar divergências de opiniões entre os dois professores, demonstrando que não havia consenso nos debates em torno da educação, mesmo entre figuras que representavam uma mesma comissão de educadores brasileiros em uma viagem à Europa, em nome do governo republicano. Também foi possível perceber a permanência incisiva de determinadas discussões que faziam parte dos debates educacionais no período imperial, como a questão dos professores adjuntos, prédios escolares, condições de trabalho dos professores, o que aponta o problema de se entender o advento da república como uma ruptura, tampouco imediata, com o momento anterior.